

Projecto

« Apoio e aconselhamento às administrações públicas africanas responsáveis das iniciativas sobre a migração e o desenvolvimento na rota migratória da África do Oeste »

RELATÓRIO FINAL DA

« Reunião de lançamento do estudo sobre a Migração e o Desenvolvimento »

Dakar, 26/27 Julho de 2011
Hôtel le Méridien Président

1) Introdução

O encontro começou com a apresentação dos representantes dos diferentes ministérios e dos organizadores (ver anexo1). Primeiramente, cada participante agradeceu a **FIIAPP**, instituição organizadora da reunião, o **CESPI** e o **GIP Internacional**, parceiros da FIIAPP pela implementação do projecto.

A ausência da Côte d'Ivoire, um dos países beneficiários do projecto, foi levantada. Os participantes exprimiram o desejo de ver este país reintegrar o grupo antes do fim do processo.

Seguidamente, os três organismos foram brevemente apresentados. O **CESPI** é um centro italiano de pesquisa de políticas internacionais, e trabalha, desde há muito tempo, em inúmeros projectos sobre as temáticas da migração e do desenvolvimento em colaboração com a **FIIAPP**. O **GIP Internacional** executa e implementa os programas de cooperação e de especialidades da França nos domínios do trabalho, emprego e da formação profissional. O domínio de intervenção do GIP Internacional alargou-se as questões ligadas às migrações e do co-desenvolvimento. A **FIIAPP**, é um interveniente global no domínio da cooperação internacional, da assistência técnica e da governação.

O programa de migração e Desenvolvimento (M&D), criado em 2006, favorece as medidas de reforma legislativa e de reforço institucional das administrações públicas, com vista a uma gestão legal, transparente e não discriminatória dos fluxos migratórios nos países de origem, assim como políticas que reforcem os benefícios da imigração nos países de origem e de destino.

A Chefe do programa M&D da FIIAPP, a senhora Bayes pediu aos participantes uma apresentação das suas expectativas em relação ao projecto. Resumidamente:

Marrocos conta com 5 milhões de cidadãos residentes no estrangeiro. Com a crise económica e financeira, o país enfrenta um retorno maciço de migrantes, por isso, será necessário:

- Elaborar e definir programas para esta franja da população sem discriminação para o resto dos cidadãos.

-Estabelecer uma parceria e uma melhor sinergia entre os diferentes ministérios implicados e outras instituições como a fundação Hasssan II afim de melhor gerir os fluxos migratórios.

O **Senegal** espera que a partilha e a troca de experiencias com os outros países poderão permitir a definição de uma melhor politica migratória, e pensa que a confrontação dos pontos de vista e das experiências dos diferentes países (Marrocos, Cabo -Verde, e Senegal), permitira o enriquecimento da próxima reunião interministerial que terá lugar em Dakar em Novembro de 2011.

Cabo Verde deseja partilhar as suas experiências e aproveitar as dos outros países. É de salientar que a população emigrante de Cabo Verde ultrapassa a residente.

2) Apresentação do projecto

A senhora Bayes apresentou o projecto «ajuda e aconselhamento às administrações públicas africanas responsáveis pelas iniciativas da migração e do desenvolvimento na rota migratória da Africa de Oeste», financiado pela União Europeia e a Espanha e dirigida pela FIIAPP (Espanha), em parceria com a GIP Internacional (França) e o CESPI (Italia)

O projecto inscreve-se no eixo Migração e Desenvolvimento (M&D) no quadro da abordagem global da Migração da Comissão Europeia. O projecto tem o desafio de concretizar os compromissos políticos assumidos na reunião de peritos sobre a Migração e o Desenvolvimento (Dakar, Julho de 2008) e as conclusões da Conferência Ministerial Euro-Africana sobre as Migrações e o Desenvolvimento (Paris, Novembro de 2008), a parceria Africa-UE sobre as migrações, a Mobilidade, e o Emprego e os seus respectivos

planos de acção. Durante a referida reunião dos Peritos das M&D, quatro redes temáticas foram identificados como sendo prioritários para os países africanos: 1) o desenvolvimento dos sistemas de formação ligados ao emprego, nomeadamente para a migração de retorno e circular; 2) a promoção da protecção social e a criação de redes de apoio; 3) o apoio aos mecanismos destinados à promoção dos efeitos económicos e sociais da migração no desenvolvimento e , 4) a promoção dos laços entre as diásporas e os seus países de origem.

Este projecto visa consolidar os benefícios das migrações em termos de desenvolvimento, através do reforço das capacidades das administrações publicas de Cabo verde, Côte d'Ivoire, Marrocos e Senegal, principalmente aquelas que são responsáveis pela criação e manutenção dos laços com a disporá, nestas quatro vertentes.

Objectivo Geral : Proporcionar melhores condições de vida aos migrantes e suas famílias **pelo reforço das capacidades das administrações públicas africanas** afim de facilitar as sinergias positivas entre a migração e o desenvolvimento na rota da Africa do Oeste, incluindo o Magreb

Objectivo específico : **Consolidar os impactos e os efeitos positivos das iniciativas de formação relacionada com o emprego, a protecção social, as transferências, e a participação da diáspora,** com o reforço das capacidades das administrações públicas de Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Marrocos e Senegal, **e apoiando a definição e a implementação dos planos de trabalho sectoriais.**

O objectivo específico que consiste na consolidação dos efeitos positivos da migração sobre o desenvolvimento, será realizado com base **numa estratégia dividida em quatro fases.**

- 1) A identificação das necessidades e das capacidades de cada país nos quatros domínios bem como das iniciativas em curso, e das boas pratica a partir de uma **análise.**
- 2) O apoio para a elaboração **dos planos de trabalho** nos sectores de intervenção identificados como sendo prioritários.
- 3) O apoio e a assistência **na implementação desses planos de trabalho** sectoriais.
- 4) **A avaliação e a capitalização dos planos de trabalho sectoriais** implementados.

O presente projecto irá responder ás expectativas das instituições alvo com vista, a melhoria dos conhecimentos, do reforço das capacidades institucionais, interinstitucionais et operacionais. Especificamente, os **resultados esperados** são :

R1) Melhores Conhecimentos em matéria de migração e desenvolvimento e promoção das boas práticas através da análise das capacidades, das necessidades e das iniciativas em curso.

R2) Capacidades operacionais reforçadas pela formação, incluindo a elaboração e a implementação dos planos de trabalho sectoriais em cada país e a avaliação.

R3) Iniciativas apoiadas em matéria de migração e desenvolvimento nos quatro países africanos através da implementação dos planos de trabalho sectoriais.

Após a apresentação do projecto, **Marrocos** interrogou-se sobre a ausência de um número importante de países de acolhimento no projecto. Os organizadores explicaram que a finalidade do projecto é de promover a cooperação Sul-Sul, na base de uma assistência técnica proveniente de organizações e peritos dos países de acolhimento. Neste sentido, a senhora Bayes lembrou que será implementada uma metodologia para a cooperação Sul-Sul e um blog será criado, a fim de favorecer a comunicação entre os diferentes actores., ficando estes de o animar.

3) Apresentação da reunião de lançamento do estudo sobre a migração e o Desenvolvimento

A coordenadora do projecto, a senhora Cardinali apresentou os objectivos da reunião e do estudo.

Em relação à reunião :

1) **Recolher** as primeiras **informações** sobre as capacidades e as necessidades de cada país sobre as quatro temáticas, devendo esses elementos permitir a realização do estudo;

2) **Trocar as informações** recolhidas com os outros países abrangidos pelo projecto e com os peritos responsáveis do estudo;

2) Iniciar a **identificação** dos possíveis **TDR do Estudo**. A principal ferramenta de trabalho é o questionário elaborado pelos peritos e que foi partilhado uma semana antes da reunião entre os funcionários das diferentes instituições, no sentido de facilitar a troca de informações. Os **resultados esperados são** :

1) **Aperfeiçoar o conhecimento** dos actores institucionais contemplados, analisando as necessidades/ capacidades do seu próprio país e trocando informações com os actores dos outros países; 2) **Incentivar/favorecer a cooperação** e a colaboração entre os peritos e as instituições - alvo a fim de garantir a viabilidade do projecto; 3) **Definir as bases do estudo**.

Após a reunião, as actividades de seguimento consistirão a finalizar a colecta das informações precisadas pelas instituições-alvo a fim de responderem ao questionário (Setembro 2011), definir os TDR do estudo e a preparar um novo questionário com vista a realização do estudo pelos peritos (Setembro 2011). Uma segunda reunião realizar-se-á no fim do mês de Outubro de 2011.

A coordenadora do projecto fez a seguir uma breve apresentação do estudo que tem como objectivo analisar as capacidades e as necessidades de cada país nas quatro temáticas das M&D a nível política, legislativo, institucional e operacional. O estudo tem igualmente por objectivo identificar as iniciativas existentes tanto ao nível nacional como no da cooperação multilateral e bilateral, incluindo aquelas geridas pelas ONG a fim de se identificarem entre elas as boas práticas. Por ultimo, **o estudo deve fazer recomendações concretas e mensuráveis**, com o objectivo de :

1) **Traduzir as boas praticas em estratégias políticas e em mecanismos operacionais**

2) Servir igualmente de **base na implementação de um lote de formação** por país e no **lançamento das redes temáticas** sob a forma de um espaço virtual dedicado às quatro temáticas da M&D. A ideia é de permitir a troca e a actualização das informações produzidas pelo estudo entre todos os países abrangidos pelo projecto.

4) **Sessão nº1: Desenvolvimento de um sistema de formação ligado ao emprego para a migração de retorno e circular**

O Sr. Froment do GIP Internacional introduziu a primeira temática realçando que: o objectivo é de facilitar a **reintegração sócio profissional dos migrantes desejosos de regressar nos seus país de origem**, independentemente do facto que este retorno seja definitivo, transitório ou circular

A formação pode desempenhar um papel crucial na integração dos trabalhadores migrantes de retorno nos seus países de origem desde que:

1) **A dimensão migratória seja integrada no conjunto de políticas de promoção de emprego**

2) **Os serviços públicos de emprego saibam responder aos problemas dos migrantes nos seus países de origem**

3) **Os sistemas de seguimento e de informação dos mercados de trabalho sejam reforçados**

O perito acrescentou que a formação não é a única forma de se conseguir uma inserção profissional coroada de êxito. E preciso igualmente ter em conta:

1) A necessidade de se estabelecerem **dispositivos de reconhecimento e de validação das experiências e competências adquiridas** a nível informal no país de origem e igualmente no quadro da mobilidade internacional (VAE ; VAO etc).

2) **A necessidade de se proceder a um levantamento das profissões. Para esse efeito explorar iniciativas como o ROAME**, (Repertório Operacional Africano das Profissões e Empregos) que visa adaptar a classificação de profissões habitual na maioria dos países europeus, denominada ROME, ao contexto africano, estabelecendo um sistema comum de nomenclatura empregos profissões.

Após a intervenção do Sr. Froment, os participantes fizeram as seguintes reflexões:

Os representantes de **Marrocos** sublinharam a importância da implementação de uma política global e de evitar de limitar as questões da formação e da inserção profissional unicamente à sua dimensão imigratória. Marrocos acrescentou que outras estruturas nomeadamente as organizações profissionais, a sociedade civil, os sindicatos etc., devem ser considerados neste processo.

Os representantes do **Senegal** anunciaram as acções em curso: a) Implementação de um Alto Conselho para emprego, órgão que deverá atribuir uma importância preponderante à migração ; b) recenseamento dos senegaleses no estrangeiro a fim de se adoptar um perfil padrão e de dispor de vários CV de migrantes ; e c) criação de um observatório dos fluxos migratórios

Respondendo a pergunta do Sr. Froment que queria saber se os países tinham relações privilegiadas com as redes de ONG, O Senegal informou:

- 1) A existência de uma plataforma dos Actores Não Estatais (ANE) que disponibilizam as suas competências para uma melhor abordagem na elaboração das políticas ;
- 2) A participação dos países de acolhimento no processo de capitalização das experiências dos migrantes a fim de facilitar a sua reinserção no momento de regresso.
- 3) A implicação das organizações sindicais como a CNTS que tem uma grande experiência no domínio da migração.
- 4) A existência de organizações patronais que desempenham um papel de vigilância e de alerta em dois níveis: emprego e qualificação.
- 5) A existência de outras estruturas tais como a Direcção do emprego e a ANEJ que instalaram uma base de dados para ajudar os jovens a obter contratos de trabalho de 3 a 18 meses no país de acolhimento. Este procedimento é facilitado pelo MDES, o CNP, e o CNES.

Cabo Verde informou das iniciativas em curso, nos domínios da formação e da integração profissional dos migrantes de retorno.

1) O projecto CAMPO financiado pela UE, AECID e L 'ACIDI que visa o reforço das capacidades de Cabo Verde em matéria de gestão da migração de trabalho e dos retornos no quadro da parceria para a mobilidade com a EU. O objectivo principal do projecto é de promover a mobilidade legal entre Cabo Verde e a UE. Para o efeito, o projecto tem por objectivo:

- Facilitar a intermediação entre as competências e as necessidades do mercado de trabalho e fornecer informações sobre os diferentes canais de migração a fim de promover o uso dos canais legais;
- Facilitar a reintegração dos cabo-verdianos no mercado de trabalho e ajudá-los na melhor utilização das capacidades e dos recursos adquiridos durante a sua estadia, tanto para o seu desenvolvimento pessoal como para o desenvolvimento de Cabo Verde.

2) O Conselho de Consulta composto nomeadamente por sindicatos e empregadores, que trabalham actualmente no catálogo de qualificação.

3) O programa do Governo para 2011-2015 prevê a mobilização das competências dos migrantes de retorno. Esta ideia ainda não se concretizou numa política específica. O essencial das decisões tomadas diz respeito à diáspora. De facto, os cabo-verdianos que residem fora são em número muito maior do que a população residente no país. A principal dificuldade para reforçar essa dinâmica é de ordem financeira, constrangimento esse que impede a elaboração do catálogo das qualificações para uma melhor inserção dos migrantes de retorno. Cabo Verde espera que o presente projecto poderá contribuir a realização dos compromissos assumidos.

Em Marrocos, existem experiências no domínio da mobilização das competências, nomeadamente:

1) O programa de mobilização das competências dos marroquinos residentes em Alemanha e no Canadá é um programa modelo, e que resulta de um estudo sobre a participação dos marroquinos da diáspora no desenvolvimento do país realizado em 2009. Este programa consiste em trazer as competências dos marroquinos residentes no estrangeiro, dispostos a colocar seus conhecimentos e habilidades, ao serviço do país, de forma pontual ou duradoura. Prevê-se o mesmo modelo de projecto com a França.

2) O Fórum internacional das competências Marroquinas Residentes no Estrangeiro (FINCOME) é um programa apoiado pelo Ministério da Educação Nacional, do Ensino Superior, da Formação dos Quadros e da Investigação Científica. O mesmo visa a contribuição das competências marroquinas no estrangeiro no processo de desenvolvimento de Marrocos. O “programa FINCOME” possibilita a identificação e a ligação com os peritos marroquinos residentes no estrangeiro e um apoio financeiro, nomeadamente a assunção dos custos do transporte e uma contribuição nas despesas com a estadia, do perito marroquino até ao máximo de 8 dias.

Marrocos sublinhou que existe uma política de emprego ligada à formação implementada pelo organismo operador público (OFPPPT). Contudo, Marrocos não tem uma política específica para a migração, e a igualdade de género não sempre é levada em consideração.

Completando, o Sr. Froment referiu que cada política pode ser feita de forma diferente, se considerar o nível central, descentralizado ou desconcentrado. Ele acrescentou também a importância do incentivo dos políticos na participação das colectividades nacionais ou locais e dos parceiros envolvidos.

O Senegal implementou uma política a nível central, descentralizado e desconcentrado nas suas actuações sectoriais da migração profissional.

Cabo Verde assim como Marrocos, concluíram reformas institucionais com a reorganização do Ministério em diferentes Direcções: Direcção do trabalho, Direcção do diálogo social e da promoção do auto-emprego.

O Senegal dispõe de uma legislação no domínio do emprego, mas ela não distingue os migrantes dos outros trabalhadores. Isto pode representar uma forma de discriminação na medida em que a mão-de-obra local é privilegiada em todos os contratos realizadas no Senegal e que obedecem por conseguinte a legislação desse país. Todavia, no âmbito da livre circulação e da integração dos cidadãos da CEDEAO, Senegal fez notar que é o melhor perfil que prevalece sobre os critérios de nacionalidade ou de sexo, e que não existe nenhum princípio de referência a emprego dos cidadãos dos Estados membros. Ao nível operacional, **o Senegal** desenvolve actualmente:

Com a contribuição financeira da União Europeia

- 1) O ROAME com a finalização de aproximadamente sessenta fichas sobre a hotelaria, a restauração, o turismo, a pesca etc..;
- 2) Uma parceria entre o concessionário Eiffage (auto-estrada com portagem no Senegal) e o Ofício Francês de imigração e da Integração (OFII) sobre o dispositivo “jovem profissional” que permite melhorar as competências dos jovens profissionais de 18 a 35 anos de idade, graças a uma experiência de trabalho de 3 a 18 meses numa empresa em França.

Esta iniciativa tem por objectivo de fazer com que as empresas senegalesas aproveitem do retorno de competências e, igualmente permite a melhoria das perspectivas de evolução de carreira dos jovens. No entanto, a taxa de sucesso ainda não corresponde as expectativas, devido principalmente a situação de crise na Europa.

O Sr. Froment levantou a questão da relação entre a formação profissional e a análise das necessidades da população ou da mão-de-obra das empresas. Marrocos referiu a Agência Nacional de Promoção do Emprego e das Competências (ANAPEC) que concede o seu apoio aos empregadores nos seus recrutamentos e aqueles que procuram emprego, no processo da inserção profissional, tanto em Marrocos como no Estrangeiro. Outrossim, a ANAPEC ajuda os marroquinos residentes no estrangeiro na procura de informações sobre o emprego e a criação de actividades nos seus países de origem.

Cabo Verde informou da sua experiência nesta matéria citando a criação de um observatório do emprego que é um importante instrumento de implementação de um sistema de formação mais eficaz.

No Senegal, a fraqueza do sistema de formação deve-se ao carácter não obrigatório da formação continua. Existe no entanto estruturas como a FONDEF e a DMP que financiam a formação dos trabalhadores. Ao nível de algumas empresas, também não existem, políticas de formação para os empregados.

A questão do *auto – emprego* foi levantada pelo Sr. Froment. **Marrocos** relatou a sua experiência chamada de “Moukawalati = a minha empresa» que é um programa governamental destinado a criar pequenas empresas. Este programa tem por objectivo acompanhar os empresários antes, durante, e 12 meses após a criação da empresa. O programa abrange os marroquinos residentes nos Marrocos e também aos da diáspora.

O Senegal citou os actores intervenientes neste domínio como o FNPJ, l’ANEJ, o Fundo de Apoio ao Investimento dos Senegaleses no Exterior (FAISE) que se destina a dinamizar as acções empreendidas para as transformar em criação de emprego. O FAISE financiou 65 projectos dos 200 recebidos. Todavia, todos os projectos capazes de gerar um valor acrescentado são elegíveis ao FAISE, a excepção feita para o comércio, o transporte, e o imobiliário. Prevê-se também previsto que a Direcção do emprego seja dotada de uma linha de crédito destinada aos migrantes.

5) Sessão nº2 : Protecção Social e criação de redes de apoio

O tema da protecção social foi apresentado pela Sra. Bayes. De acordo com a definição saída da reunião de Dakar de Julho de 2008 sobre a migração, a protecção social deve garantir os direitos sociais dos migrantes de forma transnacional em favor deles e das suas famílias. Em relação a cobertura da protecção social dos migrantes, as legislações europeias protegem os migrantes e suas famílias que vivem no território europeu. O problema coloca-se por conseguinte para as famílias que ficaram no país de origem, que, geralmente não têm direito a segurança social. Elas devem então recorrer as redes alternativas e/ou informais de protecção social como por exemplo as iniciativas de micro-se

« Apoio e aconselhamento às administrações públicas africanas responsáveis das iniciativas sobre a migração e o desenvolvimento na rota migratória da África do Oeste »

RELATÓRIO FINAL DA

« Reunião de lançamento do estudo sobre a Migração e o Desenvolvimento »

Dakar, 26/27 Julho de 2011
Hôtel le Méridien Président

1) Introdução

O encontro começou com a apresentação dos representantes dos diferentes ministérios e dos

organizadores (ver anexo1). Primeiramente, cada participante agradeceu a **FIIAPP**, instituição organizadora da reunião, o **CESPI** e o **GIP Internacional**, parceiros da FIIAPP pela implementação do projecto.

A ausência da Côte d'Ivoire, um dos países beneficiários do projecto, foi levantada. Os participantes exprimiram o desejo de ver este país reintegrar o grupo antes do fim do processo.

Seguidamente, os três organismos foram brevemente apresentados. O **CESPI** é um centro italiano de pesquisa de políticas internacionais, e trabalha, desde há muito tempo, em inúmeros projectos sobre as temáticas da migração e do desenvolvimento em colaboração com a **FIIAPP**. O **GIP Internacional** executa e implementa os programas de cooperação e de especialidades da França nos domínios do trabalho, emprego e da formação profissional. O domínio de intervenção do GIP Internacional alargou-se as questões ligadas às migrações e do co-desenvolvimento. A **FIIAP**, é um interveniente global no domínio da cooperação internacional, da assistência técnica e da governação.

O programa de migração e Desenvolvimento (M&D), criado em 2006, favorece as medidas de reforma legislativa e de reforço institucional das administrações públicas, com vista a uma gestão legal, transparente e não discriminatória dos fluxos migratórios nos países de origem, assim como políticas que reforcem os benefícios da imigração nos países de origem e de destino.

A Chefe do programa M&D da FIIAPP, a senhora Bayes pediu aos participantes uma apresentação das suas expectativas em relação ao projecto. Resumidamente:

Marrocos conta com 5 milhões de cidadãos residentes no estrangeiro. Com a crise económica e financeira, o país enfrenta um retorno maciço de migrantes, por isso, será necessário:

- Elaborar e definir programas para esta franja da população sem discriminação para o resto dos cidadãos.

- Estabelecer uma parceria e uma melhor sinergia entre os diferentes ministérios implicados e outras instituições como a fundação Hasssan II afim de melhor gerir os fluxos migratórios.

O **Senegal** espera que a partilha e a troca de experiências com os outros países poderão permitir a definição de uma melhor política migratória, e pensa que a confrontação dos pontos de vista e das experiências dos diferentes países (Marrocos, Cabo Verde, e Senegal), permitira o enriquecimento da próxima reunião interministerial que terá lugar em Dakar em Novembro de 2011.

Cabo Verde deseja partilhar as suas experiências e aproveitar as dos outros países. É de salientar que a população emigrante de Cabo Verde ultrapassa a residente.

2)Apresentação do projecto

A senhora Bayes apresentou o projecto «ajuda e aconselhamento às administrações públicas africanas responsáveis pelas iniciativas da migração e do desenvolvimento na rota migratória da Africa de Oeste», financiado pela União Europeia e a Espanha e dirigida pela FIIAPP (Espanha), em parceria com a GIP Internacional (França) e o CESPI (Italia)

O projecto inscreve-se no eixo Migração e Desenvolvimento (M&D) no quadro da abordagem global da Migração da Comissão Europeia. O projecto tem o desafio de concretizar os compromissos políticos assumidos na reunião de peritos sobre a Migração e o Desenvolvimento (Dakar, Julho de 2008) e as conclusões da Conferência Ministerial Euro-Africana sobre as Migrações e o Desenvolvimento (Paris, Novembro de 2008), a parceria Africa-UE sobre as migrações, a Mobilidade, e o Emprego e os seus respectivos planos de acção. Durante a referida reunião dos Peritos das M&D, quatro redes temáticas foram identificados como sendo prioritários para os países africanos: 1) o desenvolvimento dos sistemas de formação ligados ao emprego, nomeadamente para a migração de retorno e

circular; 2) a promoção da protecção social e a criação de redes de apoio; 3) o apoio aos mecanismos destinados à promoção dos efeitos económicos e sociais da migração no desenvolvimento e , 4) a promoção dos laços entre as diásporas e os seus países de origem.

Este projecto visa consolidar os benefícios das migrações em termos de desenvolvimento, através do reforço das capacidades das administrações publicas de Cabo verde, Côte d'Ivoire, Marrocos e Senegal, principalmente aquelas que são responsáveis pela criação e manutenção dos laços com a dispora, nestas quatro vertentes.

Objectivo Geral : Proporcionar melhores condições de vida aos migrantes e suas famílias **pelo reforço das capacidades das administrações públicas africanas** afim de facilitar as sinergias positivas entre a migração e o desenvolvimento na rota da Africa do Oeste, incluindo o Magreb

Objectivo específico : Consolidar os impactos e os efeitos positivos das iniciativas de formação relacionada com o emprego, a protecção social, as transferências, e a participação da diáspora, com o reforço das capacidades das administrações públicas de Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Marrocos e Senegal, e apoiando a definição e a implementação dos planos de trabalho sectoriais.

O objectivo específico que consiste na consolidação dos efeitos positivos da migração sobre o desenvolvimento, será realizado com base **numa estratégia dividida em quatro fases**.

- 1) A identificação das necessidades e das capacidades de cada país nos quatros domínios bem como das iniciativas em curso, e das boas pratica a partir de uma **análise**.
- 2) O apoio para a elaboração **dos planos de trabalho** nos sectores de intervenção identificados como sendo prioritários.
- 3) O apoio e a assistência **na implementação desses planos de trabalho** sectoriais.
- 4) **A avaliação e a capitalização dos planos de trabalho sectoriais** implementados.

O presente projecto irá responder ás expectativas das instituições alvo com vista, a melhoria dos conhecimentos, do reforço das capacidades institucionais, interinstitucionais et operacionais. Especificamente, os **resultados esperados** são :

R1) Melhores Conhecimentos em matéria de migração e desenvolvimento e promoção das boas práticas através da análise das capacidades, das necessidades e das iniciativas em curso.

R2) Capacidades operacionais reforçadas pela formação, incluindo a elaboração e a implementação dos planos de trabalho sectoriais em cada país e a avaliação.

R3) Iniciativas apoiadas em matéria de migração e desenvolvimento nos quatro países africanos através da implementação dos planos de trabalho sectoriais.

Após a apresentação do projecto, **Marrocos** interrogou-se sobre a ausência de um número importante de países de acolhimento no projecto. Os organizadores explicaram que a finalidade do projecto é de promover a cooperação Sul-Sul, na base de uma assistência técnica proveniente de organizações e peritos dos países de acolhimento. Neste sentido, a senhora Bayes lembrou que será implementada uma metodologia para a cooperação Sul-Sul e um blog será criado, a fim de favorecer a comunicação entre os diferentes actores., ficando estes de o animar.

3) Apresentação da reunião de lançamento do estudo sobre a migração e o Desenvolvimento

A coordenadora do projecto, a senhora Cardinali apresentou os objectivos da reunião e do estudo.

Em relação à reunião :

1) Recolher as primeiras **informações** sobre as capacidades e as necessidades de cada país sobre as quatro temáticas, devendo esses elementos permitir a realização do estudo;

2) **Trocar as informações** recolhidas com os outros países abrangidos pelo projecto e com os peritos responsáveis do estudo;

2) Iniciar a **identificação** dos possíveis **TDR do Estudo**. A principal ferramenta de trabalho é o questionário elaborado pelos peritos e que foi partilhado uma semana antes da reunião entre os funcionários das diferentes instituições, no sentido de facilitar a troca de informações. Os **resultados esperados são** :

1) **Aperfeiçoar o conhecimento** dos actores institucionais contemplados, analisando as necessidades/ capacidades do seu próprio país e trocando informações com os actores dos outros países; 2) **Incentivar/favorecer a cooperação** e a colaboração entre os peritos e as instituições - alvo a fim de garantir a viabilidade do projecto; 3) **Definir as bases do estudo**.

Após a reunião, as actividades de seguimento consistirão a finalizar a colecta das informações precisadas pelas instituições-alvo a fim de responderem ao questionário (Setembro 2011), definir os TDR do estudo e a preparar um novo questionário com vista a realização do estudo pelos peritos (Setembro 2011). Uma segunda reunião realizar-se-á no fim do mês de Outubro de 2011.

A coordenadora do projecto fez a seguir uma breve apresentação do estudo que tem como objectivo analisar as capacidades e as necessidades de cada país nas quatro temáticas da M&D a nível política, legislativo, institucional e operacional. O estudo tem igualmente por objectivo identificar as iniciativas existentes tanto ao nível nacional como no da cooperação multilateral e bilateral, incluindo aquelas geridas pelas ONG a fim de se identificarem entre elas as boas práticas. Por ultimo, **o estudo deve fazer recomendações concretas e mensuráveis**, com o objectivo de :

1) **Traduzir as boas praticas em estratégias políticas e em mecanismos operacionais**

2) Servir igualmente de **base na implementação de um lote de formação** por país e no **lançamento das redes temáticas** sob a forma de um espaço virtual dedicado às quatro temáticas da M&D. A ideia é de permitir a troca e a actualização das informações produzidas pelo estudo entre todos os países abrangidos pelo projecto.

4) **Sessão nº1: Desenvolvimento de um sistema de formação ligado ao emprego para a migração de retorno e circular**

O Sr. Froment do GIP Internacional introduziu a primeira temática realçando que: o objectivo é de facilitar a **reintegração sócio profissional dos migrantes desejosos de regressar nos seus pais de origem**, independentemente do facto que este retorno seja definitivo, transitório ou circular

A formação pode desempenhar um papel crucial na integração dos trabalhadores migrantes de retorno nos seus países de origem desde que:

1) **A dimensão migratória seja integrada no conjunto de políticas de promoção de emprego**

2) **Os serviços públicos de emprego saibam responder aos problemas dos migrantes nos seus países de origem**

3) **Os sistemas de seguimento e de informação dos mercados de trabalho sejam reforçados**

O perito acrescentou que a formação não é a única forma de se conseguir uma inserção profissional coroada de êxito. E preciso igualmente ter em conta:

1) A necessidade de se estabelecerem **dispositivos de reconhecimento e de validação das experiências e competências adquiridas** a nível informal no país de origem e igualmente no quadro da mobilidade internacional (VAE ; VAO etc).

2) **A necessidade de se proceder a um levantamento das profissões. Para esse efeito explorar iniciativas como o ROAME**, (Repertório Operacional Africano das Profissões e Empregos) que visa adaptar a classificação de profissões habitual na maioria dos países europeus, denominada ROME, ao contexto africano, estabelecendo um sistema comum de nomenclatura empregos profissões.

Após a intervenção do Sr. Froment, os participantes fizeram as seguintes reflexões:

Os representantes de **Marrocos** sublinharam a importância da implementação de uma política global e de evitar de limitar as questões da formação e da inserção profissional unicamente à sua dimensão imigratória. Marrocos acrescentou que outras estruturas nomeadamente as organizações profissionais, a sociedade civil, os sindicatos etc., devem ser considerados neste processo.

Os representantes do **Senegal** anunciaram as acções em curso: a) Implementação de um Alto Conselho para emprego, órgão que deverá atribuir uma importância preponderante à migração ; b) recenseamento dos senegaleses no estrangeiro a fim de se adoptar um perfil padrão e de dispor de vários CV de migrantes ; e c) criação de um observatório dos fluxos migratórios

Respondendo a pergunta do Sr. Froment que queria saber se os países tinham relações privilegiadas com as redes de ONG, O Senegal informou:

- 1) A existência de uma plataforma dos Actores Não Estatais (ANE) que disponibilizam as suas competências para uma melhor abordagem na elaboração das políticas ;
- 2) A participação dos países de acolhimento no processo de capitalização das experiências dos migrantes a fim de facilitar a sua reinserção no momento de regresso.
- 3) A implicação das organizações sindicais como a CNTS que tem uma grande experiência no domínio da migração.
- 4) A existência de organizações patronais que desempenham um papel de vigilância e de alerta em dois níveis: emprego e qualificação.
- 5) A existência de outras estruturas tais como a Direcção do emprego e a ANEJ que instalaram uma base de dados para ajudar os jovens a obter contratos de trabalho de 3 a 18 meses no país de acolhimento. Este procedimento é facilitado pelo MDES, o CNP, e o CNES.

Cabo Verde informou das iniciativas em curso, nos domínios da formação e da integração profissional dos migrantes de retorno.

1) O projecto CAMPO financiado pela UE, AECID e L 'ACIDI que visa o reforço das capacidades de Cabo Verde em matéria de gestão da migração de trabalho e dos retornos no quadro da parceria para a mobilidade com a EU. O objectivo principal do projecto é de promover a mobilidade legal entre Cabo Verde e a UE. Para o efeito, o projecto tem por objectivo:

- Facilitar a intermediação entre as competências e as necessidades do mercado de trabalho e fornecer informações sobre os diferentes canais de migração a fim de promover o uso dos canais legais;
- Facilitar a reintegração dos cabo-verdianos no mercado de trabalho e ajudá-los na melhor utilização das capacidades e dos recursos adquiridos durante a sua estadia, tanto para o seu desenvolvimento pessoal como para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Com a contribuição financeira da União Europeia

2) O Conselho de Consulta composto nomeadamente por sindicatos e empregadores, que trabalham actualmente no catálogo de qualificação.

3) O programa do Governo para 2011-2015 prevê a mobilização das competências dos migrantes de retorno. Esta ideia ainda não se concretizou numa política específica. O essencial das decisões tomadas diz respeito à diáspora. De facto, os cabo-verdianos que residem fora são em número muito maior do que a população residente no país. A principal dificuldade para reforçar essa dinâmica é de ordem financeira, constrangimento esse que impede a elaboração do catálogo das qualificações para uma melhor inserção dos migrantes de retorno. Cabo Verde espera que o presente projecto poderá contribuir a realização dos compromissos assumidos.

Em Marrocos, existem experiências no domínio da mobilização das competências, nomeadamente:

1) O programa de mobilização das competências dos marroquinos residentes em Alemanha e no Canadá é um programa modelo, e que resulta de um estudo sobre a participação dos marroquinos da diáspora no desenvolvimento do país realizado em 2009. Este programa consiste em trazer as competências dos marroquinos residentes no estrangeiro, dispostos a colocar seus conhecimentos e habilidades, ao serviço do país, de forma pontual ou duradoura. Prevê-se o mesmo modelo de projecto com a França.

2) O Fórum internacional das competências Marroquinas Residentes no Estrangeiro (FINCOME) é um programa apoiado pelo Ministério da Educação Nacional, do Ensino Superior, da Formação dos Quadros e da Investigação Científica. O mesmo visa a contribuição das competências marroquinas no estrangeiro no processo de desenvolvimento de Marrocos. O “programa FINCOME” possibilita a identificação e a ligação com os peritos marroquinos residentes no estrangeiro e um apoio financeiro, nomeadamente a assunção dos custos do transporte e uma contribuição nas despesas com a estadia, do perito marroquino até ao máximo de 8 dias.

Marrocos sublinhou que existe uma política de emprego ligada à formação implementada pelo organismo operador público (OFPPPT). Contudo, Marrocos não tem uma política específica para a migração, e a igualdade de género não sempre é levada em consideração.

Completando, o Sr. Froment referiu que cada política pode ser feita de forma diferente, se considerar o nível central, descentralizado ou desconcentrado. Ele acrescentou também a importância do incentivo dos políticos na participação das colectividades nacionais ou locais e dos parceiros envolvidos.

O Senegal implementou uma política a nível central, descentralizado e desconcentrado nas suas actuações sectoriais da migração profissional.

Cabo Verde assim como Marrocos, concluíram reformas institucionais com a reorganização do Ministério em diferentes Direcções: Direcção do trabalho, Direcção do diálogo social e da promoção do auto-emprego.

O Senegal dispõe de uma legislação no domínio do emprego, mas ela não distingue os migrantes dos outros trabalhadores. Isto pode representar uma forma de discriminação na medida em que a mão-de-obra local é privilegiada em todos os contratos realizadas no Senegal e que obedecem por conseguinte a legislação desse país. Todavia, no âmbito da livre circulação e da integração dos cidadãos da CEDEAO, Senegal fez notar que é o melhor perfil que prevalece sobre os critérios de nacionalidade ou de sexo, e que não existe nenhum princípio de referência a emprego dos cidadãos dos Estados membros. Ao nível operacional, **o Senegal** desenvolve actualmente:

Com a contribuição financeira da União Europeia

- 1) O ROAME com a finalização de aproximadamente sessenta fichas sobre a hotelaria, a restauração, o turismo, a pesca etc..;
- 2) Uma parceria entre o concessionário Eiffage (auto-estrada com portagem no Senegal) e o Ofício Francês de imigração e da Integração (OFII) sobre o dispositivo “jovem profissional” que permite melhorar as competências dos jovens profissionais de 18 a 35 anos de idade, graças a uma experiência de trabalho de 3 a 18 meses numa empresa em França.

Esta iniciativa tem por objectivo de fazer com que as empresas senegalesas aproveitem do retorno de competências e, igualmente permite a melhoria das perspectivas de evolução de carreira dos jovens. No entanto, a taxa de sucesso ainda não corresponde as expectativas, devido principalmente a situação de crise na Europa.

O Sr. Froment levantou a questão da relação entre a formação profissional e a análise das necessidades da população ou da mão-de-obra das empresas. Marrocos referiu a Agência Nacional de Promoção do Emprego e das Competências (ANAPEC) que concede o seu apoio aos empregadores nos seus recrutamentos e aqueles que procuram emprego, no processo da inserção profissional, tanto em Marrocos como no Estrangeiro. Outrossim, a ANAPEC ajuda os marroquinos residentes no estrangeiro na procura de informações sobre o emprego e a criação de actividades nos seus países de origem.

Cabo Verde informou da sua experiência nesta matéria citando a criação de um observatório do emprego que é um importante instrumento de implementação de um sistema de formação mais eficaz.

No Senegal, a fraqueza do sistema de formação deve-se ao carácter não obrigatório da formação continua. Existe no entanto estruturas como a FONDEF e a DMP que financiam a formação dos trabalhadores. Ao nível de algumas empresas, também não existem, políticas de formação para os empregados.

A questão do *auto – emprego* foi levantada pelo Sr. Froment. **Marrocos** relatou a sua experiência chamada de “Moukawalati = a minha empresa» que é um programa governamental destinado a criar pequenas empresas. Este programa tem por objectivo acompanhar os empresários antes, durante, e 12 meses após a criação da empresa. O programa abrange os marroquinos residentes nos Marrocos e também aos da diáspora.

O Senegal citou os actores intervenientes neste domínio como o FNPJ, l’ANEJ, o Fundo de Apoio ao Investimento dos Senegaleses no Exterior (FAISE) que se destina a dinamizar as acções empreendidas para as transformar em criação de emprego. O FAISE financiou 65 projectos dos 200 recebidos. Todavia, todos os projectos capazes de gerar um valor acrescentado são elegíveis ao FAISE, a excepção feita para o comércio, o transporte, e o imobiliário. Prevê-se também previsto que a Direcção do emprego seja dotada de uma linha de crédito destinada aos migrantes.

5) Sessão nº2 : Protecção Social e criação de redes de apoio

O tema da protecção social foi apresentado pela Sra. Bayes. De acordo com a definição saída da reunião de Dakar de Julho de 2008 sobre a migração, a protecção social deve garantir os direitos sociais dos migrantes de forma transnacional em favor deles e das suas famílias. Em relação a cobertura da protecção social dos migrantes, as legislações europeias protegem os migrantes e suas famílias que vivem no território europeu. O problema coloca-se por conseguinte para as famílias que ficaram no país de origem, que, geralmente não têm direito a segurança social. Elas devem então recorrer as redes alternativas e/ou informais de protecção social como por exemplo as iniciativas de micro-seguros de saúde financiadas pelas remessas dos migrantes, os seguros, as mutualidades de saúde, as redes de associações religiosas etc.....

Com a contribuição financeira da União Europeia

Outrossim um sistema de protecção social adaptado aos migrantes deveria considerar a grande diversidade de situações existentes: migrantes nos países de destino ou de transito, famílias reagrupadas com o imigrante ou que ficaram no país, migrantes de retorno no país de origem de forma temporária ou definitivo, etc.

O desafio actual para a totalidade dos actores é criar os mecanismos de protecção social adaptados a realidade variável da migração internacional. Esses mecanismos permitirão de facto garantir os direitos sociais dos migrantes de forma transnacional, para eles e as suas famílias. A seguir a definição desses conceitos, os participantes deixaram os seus pontos de visto sobre o assunto.

Em Marrocos, o regime de protecção social beneficia todos os assalariados contra os riscos de doença, maternidade, invalidez e velhice. A legislação marroquina não faz nenhuma discriminação entre os nacionais e os estrangeiros no acesso a segurança social. Desde 2006, todos os cidadãos marroquinos devem obrigatoriamente inscrever-se a um sistema de saúde básica chamada de “AMO” através a caixa nacional de filiação. Os mais necessitados têm acesso ao Regime de Assistência Médica (RAME). O regime de protecção social é gerido pela Caixa Nacional de Previdência Social (CNPS) que cobre também os trabalhadores marroquinos em caso de retorno definitivo ou de permanência temporária ao abrigo de convenções internacionais assinadas com a França, a Bélgica, e a Espanha.etc..

Em 2007, **Marrocos** assinou um novo acordo com a França que prevê as transferências dos direitos dos reformados. Marrocos assinou também acordos bilaterais de segurança social e de acidentes de trabalho e doenças profissionais com vários países europeus (Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Itália etc.), o Canada e também com outros países do Magreb.

No Senegal, a protecção social é um direito garantido pela Constituição e aplica - se a todos os cidadãos sejam eles residentes no país ou no exterior. Contudo, existem problemas do acesso a protecção social para as famílias dos imigrantes que ficaram no país ou também para os migrantes de regresso ao país. Não obstante, a realização de um estudo sobre a protecção social dos trabalhadores migrantes senegalenses e das suas famílias, e da elaboração de um plano de acção para o período 2009-2012, a sua implementação enfrenta dificuldades por causa da falta de financiamento. Acordos bilaterais foram assinados com o Gabão, a Mauritânia, o Mali e a França, mas a sua aplicação defronta-se com problemas. Prevêm-se acordos bilaterais com a Itália e a Espanha.

A convenção CIPRES de 2007, é por enquanto o único instrumento multilateral capaz de garantir a protecção social dos trabalhadores migrantes no Senegal. Mas, dos cinco países que assinaram a convenção, somente, cinco a ratificaram. Os acordos com a França prevêm uma cobertura social para os migrantes no Senegal de apenas seis meses e contempla unicamente o beneficiário, quer dizer o migrante e não a sua família.

A convenção N°102 da OIT sobre a Segurança Social, ratificada pelo Senegal, define um nível mínimo de prestações de segurança social e as condições da sua atribuição, assim como as nove vertentes para as quais a protecção é garantida, a excepção das prestações de desemprego não suportadas pelo Senegal). A protecção social inclui unicamente os assalariados, o que representa apenas 20% da população. Ela engloba: 1) a Caixa de segurança Social que se ocupa das vertentes prestações familiares, acidentes de trabalho e doenças profissionais em benefício de todos os trabalhadores do sector privado e das suas famílias; 2) a Instituição de Previdência dos Reformados (IPRES) que se ocupa da vertente velhice beneficiando essa população, incluindo os agentes não funcionários do Estado. Foi anunciado que com o plano sesamo todas as pessoas de 60 anos de idade e mais, reformadas ou não, passam a beneficiar de cuidados médico gratuitos, 3) O Fundo Nacional de Reforma (FNR) que faz a gestão da parte velhice dos agentes funcionários do Estado; 4) O Fundo de Solidariedade, Emprego e Reforma (FSER) abrange o sector informal.

Com a contribuição financeira da União Europeia

A extensão da protecção social ao sector da economia informal representa actualmente o maior desafio do movimento sindical. Este sector abrange 70% dos trabalhadores; 5) a poupança Reforma (PR) pelos bancos e outras instituições financeiras; 6) as Instituições de Previdência na Doença (IPD) administram os ramos das doenças não profissionais em benefício dos trabalhadores privados e para -públicos e igualmente das suas famílias.

Os recursos são essencialmente provenientes das cotizações dos empregadores e dos membros. No entanto, no dizer dos participantes do Senegal, estas disposições estão bem longe de não satisfazerem, quando comparadas com o sistema francês que dá uma cobertura universal.

E por último, o Senegal implementou uma política voluntarista baseada na criação de mutualidades de saúde complementares. O Ministério da saúde tem uma divisão incumbida desta questão e cobre mais de 60% da população. O sistema de micro-finanças facilita essa gestão das mutualidades na medida em que este modelo de estrutura financeira está implicado na gestão dos fundos destinados à cobertura dos associados.

Em Cabo Verde, a Convenção n° 102 da OIT ainda não foi ratificada. No que se refere à protecção social dos migrantes, foram assinados acordos com os Países Baixos, a França, Portugal, o Senegal e o Brasil. Há esforços no sentido de se conseguir uma cobertura da protecção social para 40% da população. O mercado de trabalho informal é importante em Cabo Verde e há uma vontade de se contemplar esta franja da população com um sistema de segurança social. A universalização dos serviços da segurança social poderia ir no sentido de se utilizarem as transferências de fundos dos migrantes em investimentos em vez do consumo.

A Sra Bayes referiu-se à assinatura dos acordos. Disse que a Espanha assinou acordos com países da América Latina para facilitar o acesso e a transferência dos direitos sobre a protecção social. O migrante tem por conseguinte a possibilidade de regressar ao seu país de origem com a totalidade do dinheiro que cotizou, resolvendo desta forma o problema da territorialidade.

O Ministério da Segurança Social, o Ministério da Família, o Ministério da Saúde, os organismos sindicais, as ONG, as colectividades locais, os INPS foram identificados pelos participantes com sendo os principais actores a considerar.

A seguir a essas trocas, a Sra. Bayes apresentou as seguintes acções prioritárias:

- 1) Definir estratégias de sensibilização sobre a importância da cotização: sector privado e diáspora;**
- 2) Criar mecanismos para facilitar uma cooperação permanente entre o Estado, as associações da diáspora e os sindicatos nacionais;**
- 3) Promover a igualdade de tratamento entre as famílias de migrantes e as dos não migrantes;**
- 4) Definir os instrumentos de modo a permitir às famílias dos migrantes que ficaram na África, beneficiar da segurança social.**

Os participantes indicaram mais uma acção: **incitar os países da União Europeia a assinar a convenção da ONU, de 18 de Dezembro de 1990, sobre a protecção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias.** Até à presente data nenhum país da UE ratificou esta Convenção.

A Senhora Cardinali, no início do segundo dia de trabalho, pediu aos três países que indicassem o tema que consideravam prioritário. Para cada um dos países, as prioridades são:

Com a Contribuição financeira da União Europeia

1)A protecção social para o Senegal;

2)O reforço dos fundos dos Ministérios, para o co -desenvolvimento, para Marrocos. Este país gostaria também de desenvolver o trabalho sobre a estratégia de criação de empresas ao nível da diáspora.

3)A promoção das actividades económicas desenvolvidas pelos migrantes, para Cabo Verde.

Sessão nº3 : o apoio aos mecanismos destinados a promover os efeitos económicos e sociais da migração sobre o desenvolvimento

O Sr. Coslovi do CESPI introduziu a sessão sublinhando as três funções das transferências de fundos.

1) **A função individual, quer dizer aquela destinada ao apoio da família e ao consumo**

2) **A função de negócios dirigida aos investimentos**

3) **A função colectiva indicando o bem - estar e a melhoria das condições de vida da comunidade de pertença e/ou o país de origem.**

As funções desempenham também um papel no volume das transferências. E possível ver transferências do tipo segurança social/ seguro, individual e altruísta. O Sr, Coslovi acrescentou que as administrações públicas dos países de origem devem desempenhar um papel importante nos quatros domínios prioritários:

1) **Facilitar as transferências de fundos pela via formal através de acordos entre os bancos e os outros serviços financeiros a fim de baixar os custos.**

2) **Apoiar a cooperação com o sector privado nomeadamente com os bancos, mas também com a sociedade civil no intuito de criar e de melhorar os mecanismos e as estruturas que favoreçam o investimento dos migrantes no país de origem (por exemplo os dispositivos de apoio à criação de empresa, apoio jurídico, seguros e garantias sobre os investimentos, registo e transferências);**

3) **Promover a alfabetização financeira dos migrantes e das suas famílias,**

4) **Reforçar a ligação com a diáspora em termos socioculturais. Quanto mas forte for essa ligação, maior é a tendência para o aumento do volume das transferências dos fundos e de investimentos.**

Os participantes de **Marrocos** referiram que se observa uma diminuição das transferências de fundos e do volume de investimentos desde 2007, tendência que se acentuou com a recente crise económica. Marrocos, com o seu próprio esforço vem tentado corrigir a inclinação e espera atingir um aumento da taxa de transferência de fundos este ano. Actualmente, o montante dessas transferências é de e 54 biliões de dirham para o sector formal.

Os participantes marroquinos acrescentaram que o principal objectivo dessas transferências é tornar duradoura a ligação entre os migrantes e o país de origem. As primeiras gerações de migrantes até pensem regressar, mas o mesmo não acontece com os jovens. Estes últimos não aspiram regressar nos seus países, e, é necessário adoptar uma política para restabelecer esta ligação cultural e afectiva.

Seguidamente, o **Senegal** avaliou o montante das transferências em 507 biliões de FCFA aproximadamente por ano com um pic de 617 biliões em 2008, o que representa 10,3% do PIB, ou seja o dobro da ajuda publica ao desenvolvimento, no sector formal, entre 2005 e 2009. Os dispositivos internas como a CENTIF inserem-se no dispositivo externo com a vigilância exercida na circulação dos fundos a fim de evitar o branqueamento e quaisquer outras formas ilícitas, o que permita igualmente seguir a pista do dinheiro . Para esse efeito, as operações superiores a 100.000 CFA devem ser feitas obrigatoriamente através de instrumentos de pagamento como o cheque. 80% dessas transferências vão para o consumo das famílias, 15%

são investidos no imobiliário de rendimento ou na poupança e 5% vão para investimentos. O maior desafio é por conseguinte orientar essas transferências para os investimentos e os circuitos de desenvolvimento (poder de compra, criação de riqueza para a empresa, criação de valor acrescentado). Várias disposições foram tomadas neste sentido: 1) pôr em contacto os verdadeiros intermediários com a diáspora (bancos, seguro, instituto de micro-finanças) para um melhor desenvolvimento desses canais); 2) fazer com que essa intermediação proponha produtos e serviços específicos para os emigrantes para aumentar a confiança e segurança (fiabilidade).

Muitas medidas foram tomadas, como a implementação do Fundo de Apoio ao Investimento dos Senegaleses do Exterior (FAISE), a parceria do Senegal com a Itália que ajudem os senegaleses residentes na Itália, o apoio da AIPX e da ADEPME que desempenham um papel de enquadramento, a parceria SEM-France cujo orçamento eleva-se a 9 milhões de euros. A SEM-France, é um programa de desenvolvimento solidário que será em breve remodelado para projectos produtivos. Contudo, a prioridade é para canalizar as transferências e de inverter a tendência com vista a diminuir o consumo e as grandes despesas em proveito de investimentos produtivos

No Senegal, ao nível do apoio aos investimentos, l'APIX, é uma agência do Governo que conseguiu tornar mais atractivo o ambiente dos negócios com a possibilidade de criar uma empresa em 48 h. Um escritório para os senegaleses do exterior foi igualmente instalado. Existe um serviço destinado a todos os investimentos e um gabinete específico para os senegaleses do exterior. É igualmente possível beneficiar da suspensão da TVA durante 3 anos, estabelecer contratos a prazo durante um período de 5 anos (contrariando o código laboral) e beneficiar de isenção.

Em Cabo Verde, é o Ministério do plano e das finanças que faz os investimentos dos migrantes. Com a ajuda da agência ao desenvolvimento, um fundo foi criado com vista a facilitar a implementação de projectos realizados pelos migrantes. Cabo Verde tenciona continuar nesta via. A importância das transferências de fundos dos migrantes como fonte de financiamento para o país é bastante reconhecida (9,1% do PIB em 2009). As transferências dos fundos dos migrantes constituem uma importante fonte financeira em divisas para a economia de Cabo Verde e desde o início dos anos 90, esses recursos desempenham um papel fundamental como fonte externo fiável de financiamento e são um segmento importante da base de financiamento do sistema bancário. Por isso, o Governo de Cabo Verde comprometeu-se a criar um ambiente mais favorável à transferências e à promoção dos investimentos. Tanto o sector público como o privado estão abrangidos, (nomeadamente o sector financeiro), tendo participado em iniciativas visando a criação de laços mais fortes com a diáspora e nas oportunidades para dirigir uma parte dos fundos provenientes do exterior para investimentos produtivos. Por isso, em Cabo Verde, uma empresa pode ser criada em 48 horas. Para facilitar os procedimentos para os migrantes, foram abertas escritórios em Dakar, Abidjan, Bruxelas, Lisboa, Washington. etc

O Sr. Coslovi fez notar que a educação dos migrantes é um elemento importante para uma boa destreza na utilização dos instrumentos de transferência. Um programa de alfabetização financeira deveria igualmente permitir um maior engajamento das famílias.

O Senegal, começou a trabalhar com o BIT, a partir de uma abordagem global incluindo tanto o migrante como a sua família, para o emigrado, é o ambiente europeu que o influencia a dar prioridade as despesas mesmo sabendo que são os actores do país de origem que executem as despesas. O objectivo consiste, então em concentrar os esforços ao nível local na educação financeira dos actores locais e permitir ao migrante pilotar o processo. O Ministério dos Senegaleses do Exterior tem uma politica de enquadramento das

transferências, daí o Fundo de Apoio ao Investimento dos Senegaleses do Exterior (FAISE). A recepção, o estudo e a selecção de projectos é feito por um comité de selecção, composto por personalidades, como os representantes da Presidência da República, do Senado, da Assembleia Nacional, do Conselho Económico e Social, Chefia do Governo, de alguns Ministérios sectoriais implicados na gestão da migração, do Apix, do Patronato, da Sociedade Civil, dos emigrantes, da sociedade civil e do banco parceiro. A seguir, os projectos seleccionados são transmitidos ao CNCAS, que é o Banco parceiro, para efeito de financiamento. Um seguimento regular é realizado a través de visitas de terreno e no fim do projecto é feita uma avaliação. Para reforçar esses mecanismos, a incitação é a primeira estratégia e foi bem sucedida. Em dois anos, o Ministério financiou 65 projectos dos 200 recebidos. As missões diplomáticas e consulares, e as associações dos emigrantes são implicados, muito acções são realizadas por esses actores, nomeadamente a criação de sites Web que permitem baixar os formulários. O Ministério dos Senegaleses do Exterior trabalha também com as colectividades descentralizadas, pois os programas inserem-se nos programas locais de Desenvolvimento.

A fim de encorajar os migrantes portadores de projectos e desejosos de investir em **Marrocos**, o Governo implementou um fundo para a promoção dos Investimentos dos Marroquinos do Mundo, “MDM Invest”. A gestão desse fundo foi confiada à Caixa Central de Garantia (CCG). Este mecanismo permite aos Marroquinos residentes no estrangeiro que queriam criar um projecto de investimento ou alargar um projecto já existente, beneficiar de um subsidio de 10% do custo do projecto, desde que: 1) o custo total do projecto seja superior á 1 milhão de MDH e não ultrapasse os 5 Milhões de MDH; 2) a participação pessoal em divisas seja de 25% , além do custo do projecto; 3) o financiamento bancário não ultrapassa os 65% do mencionado custo.

É de salientar que outras medidas foram tomadas em beneficio da disporá, nomeadamente a extensão da garantia do fundo “Damane Assakane” para os migrantes que beneficiem das mesmas condições que os residentes, a saber a redução do custo das transferências e as medidas de acompanhamento social em beneficio dos MRE nos país de acolhimento.

Em Cabo Verde, 66% das transferências de fundos destinam-se à construção civil, 9% vão para compra de terrenos e 35% para os investimentos graças as taxas atractivas dos bancos que tem o monopólio das transferências. Cabo Verde tem igualmente um acordo desde 2006 com um banco americano, para enquadrar as transferências e oferecer uma taxa de juro vantajosa. Em Cabo verde, os bancos, os correios, e as agências de transferências são incontornáveis, pois o emigrante investe com a condição de a segurança do seu dinheiro seja garantida. Os estrangeiros e os cabo-verdianos do exterior beneficiem de ajudas nos investimentos. O projecto CAMPO está neste momento a preparar um fundo de 10 000 Euros que deveria ajudar até 10 migrantes. Um fórum para a promoção das empresas dos migrantes foi igualmente lançado em 2010. Existe igualmente uma instituição vocacionada para a empresa o empreendedorismo e à inovação, para os jovens. O emigrante que deseja investir pode entrar em contacto com esta instituição.

Um dos participantes realçou a importância de se implicar as colectividades locais no processo de investimento e de acesso ao crédito. É neste contexto que o **Senegal** inspirou-se da experiência da América Latina, que integra as associações de Presidentes Câmaras Municipais e de comunidades rurais na selecção dos projectos para a concessão de credito. Uma tal estratégia pode ter um impacto na medida em que a criação de empregos ao nível das colectividades locais tem como efeito dar a possibilidade aos jovens de permanecerem na suas regiões de origem, e, deste modo, reduzir o fluxo migratório. Diversos mecanismos foram então implementados pelo Senegal: o FNPI, o Fundo de Promoção Económico (FPE) que se transformou em um banco, o Plano Retorno para a Agricultura (REVA), inicialmente concebido para os migrantes mas que foi alargado á todos os senegaleses. A criação de PME - PMI permita ao artesanato beneficiar de um acompanhamento de formação para a gestão total das suas empresas.

O REVA permitiu a realização de uma dezena de pólos de emergência agrícolas constituídos por quintas de excelência cujos ordenamentos hidroagrícolas modernos podem

beneficiar os senegaleses do exterior sob a forma de parcelas de 5 hectares. No plano comercial, foi instalado, por enquanto, um mercado provisório. A agência REVA apoia-se nas colectividades locais para poder dispor de terras cultiváveis. O sector da agricultura ocupa um lugar importante, visto que representa 80% dos pedidos de financiamento (agricultura, pesca, piscicultura etc). O desenvolvimento destas agências que trabalham com as colectividades locais teve como impacto maior, o influxo de investidores apoiados pelo Ministério. Este último, consegue deste modo canalizar os investimentos directos dos Senegaleses do exterior. Contudo, os maiores investimentos não passam pelo Ministério e são directamente geridos pelo APIX.

O Sr, Froment levantou a questão do papel dos bancos na realização dos projectos apresentados pelos participantes senegaleses.

Para esses participantes, a micro-finanças é bem desenvolvida no Senegal, o que explica que as estruturas deste sector estejam sempre implicadas. Elas interessam-se especialmente pela questão da educação financeira dos migrantes e das suas famílias. Contudo, na realidade, todas essas práticas ainda não atingiram os resultados esperados. Para encorajar os investimentos, a ênfase é colocada no acolhimento, na diminuição da taxa de transferência, e na redução das tarifas aduaneiras.

A conclusão sobre este capítulo, mostrou que a finalidade das transferências, as motivações, a formação financeira para as famílias e os migrantes são factores de encorajamento das parcerias público privado.

Sessão nº4 : a promoção dos laços entre as diásporas e os seus países de origem.

A Sra Cardinali introduziu o capítulo relativo à ligação entre a diáspora e o país de origem. O principal desafio na análise dessa ligação é o quadro metodológico a ter em conta para se ter a noção da sua complexidade. Reforçar os laços assenta sobre intercâmbios a partir de três esferas de intervenção: a esfera sócio -económica, a política e a cultural.

Um modelo elaborado durante o seminário sobre a diáspora em Bamako, em 2010, foi proposto pelo Sr, Coslovi para permitir aos participantes manifestar os seus pontos de vista sobre a questão do reforço dos laços com a diáspora. De acordo com este modelo, é necessário: a) Conhecer a diáspora, b) aproximar-se da diáspora; c) Dialogar com a diáspora, valorizá-la como parte da identidade nacional.

Em Marrocos, o restabelecimento desse laço é um desafio permanente. O Governo e outras instituições trabalham na vertente cultural, através de intercâmbios e da criação ou do reforço dos centros culturais nos países de acolhimento. A quarta geração é o principal alvo deste programa. Uma das princípios - chave é o ensino da língua árabe, para permitir aos jovens salvaguardar a sua origem. Existe também uma vertente social, com objectivo de ajudar a população em situação precária (mulheres, reclusos, estudantes etc), de a acompanhar e de a encaminhar para as instituições jurídicas e sociais apropriadas para o seu patrocínio. Nos países de acolhimento, nas Embaixadas, os serviços sociais em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros facilitam a abertura de concurso para financiamento de projectos. Um programa de sensibilização sobre os direitos e a cidadania é igualmente implementado para as mulheres marroquinas da diáspora.

No Senegal, uma das visibilidades desta ligação com a diáspora é o FESMAN, que permitiu a promoção da diáspora do mundo inteiro. No plano institucional, além do Ministério que lhe foi dedicado, um senador dos Senegaleses do exterior, um deputado e um embaixador itinerante foram nomeados a fim de se ocuparem das suas preocupações. Contudo, os representantes do Ministério dos Senegaleses do Exterior sublinham que o alvo é difícil de definir, daí o projecto de recenseamento que elaboraram mas que enfrenta problemas de meios.

Para estes representantes dos Senegaleses do exterior, a segunda dificuldade provém da existência de duplicações ao nível das suas tarefas. Daí a necessidade de uma sinergia entre os diferentes Ministérios. No imediato, e com vista a uma melhor distribuição das tarefas, é necessário dar um conteúdo ao Ministério dos Senegaleses do Exterior. Esse processo iniciou-se com o recrutamento de jovens quadros e um projecto de decreto encontra-se na forja para reorganizar o Ministério.

No **Senegal**, o aspecto político está muito presente no processo de reforço dos laços com os senegaleses do exterior. As associações desempenham um papel de transferência e de interface através do Conselho superior dos Senegaleses do exterior. As associações religiosas são também muito influentes e eficazes neste domínio. Para concretizar o reforço dos laços com o país de origem, o Senegal fez a experiência da prática das colónias de férias a fim de revalorizar o sentimento de pátria nas crianças oriundas da emigração e permitir-lhes impregnar-se das realidades socioculturais com vista a um provável retorno. Como ponto focal para a gestão da migração, o Ministério dos Negócios Estrangeiros faz também a gestão do voto dos Senegaleses do exterior, os actos do registo civil, a legalização de certos documentos para facilitar os vistos, etc.

Em **Cabo Verde**, o Governo é muito activo na procura de sinergias e de aproximação com os cabo-verdianos residentes no estrangeiro, nomeadamente desde a criação em 2001, do Instituto das Comunidades (IC), a agência que se dedica a diáspora, e do Ministério das Comunidades em 2010. O IC está também autorizado a estabelecer parcerias com entidades, institutos e organizações do Estado ou do sector privado que em função da sua natureza podem ajudar o Instituto a materializar as acções que entender realizar a favor das comunidades. O Instituto criou também um Fundo de Solidariedade das Comunidades (FSC) a fim de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades Cabo-Verdianas mais vulneráveis. Para facilitar os laços com a diáspora, existe também um projecto que se destina aos jovens da segunda geração para lhes fazer conhecer as ilhas e a história de Cabo Verde. De uma maneira geral, um lugar de destaque e atribuído a causa dos migrantes, havendo seis Deputados na Assembleia Nacional em representação da diáspora (dois para a África, dois para os Estados Unidos e dois para a Europa).

Os laços da diáspora com o **Senegal** são fortes, com a quase totalidade dos canais da televisão senegalesa difundidos nos países de acolhimento e as autoridades senegalesas contactam cada vez mais os migrantes. Apesar da dispersão institucional, na gestão do dia-a-dia, faz-se de tudo para que o migrante esteja em contacto com o país de origem.

Assim como o Senegal, **Marrocos** não poupa esforços para reforçar esta ligação, com mecanismos como o portal Web, as deslocações de autoridades marroquinas nos países de acolhimento e as universidades de Verão organizadas com os estudantes da diáspora.

8) Conclusão

No fim dos trabalhos, a Sra Cardinali agradeceu os participantes pela sua contribuição activa ao longo do encontro, e os organizadores por terem organizado e gerido a discussão sobre as diferentes temáticas abordadas. As informações partilhadas durante os dois dias de reunião permitiram atingir os objectivos, a saber: a) a recolha das primeiras informações sobre as capacidades e as necessidades de cada país sobre os quatro temas objecto de estudo; b) a partilha das informações colhidas com os outros países -alvo do projecto e com os peritos encarregados de realizar o estudo; c) o início da identificação dos TDR prováveis do estudo. As informações recolhidas durante a reunião e que serão anexas ao questionário (que deverá ficar concluído no início do mês de Setembro) são essenciais na identificação definitiva dos TDR do estudo. A Sra. Cardinali fez notar que o questionário tem como objectivo orientar as fases da formação e identificar os planos de trabalho sectoriais para a sua implementação.

Anexo 1:

LISTA DOS PARTICIPANTES

ÀFRICA			
PAÍS	NOME E APELIDO	CARGO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL
CABO VERDE		Direcção Geral do Trabalho	anilta.silva@ic.gov.cv
CABO VERDE	Anita Mendes da Silva	<i>InstitutodasComunidades</i>	Monica.Ramos@mjedrh.gov.cv
MAROCCOS	Hassan Etourabi	Chefe de Serviço dos programas Especiais de Emprego	etourabi05@yahoo.fr
MAROCCOS	Fatiha ASSILA	Ministério responsável da Comunidade Marroquina Residente no Estrangeiro	assila121@yahoo.fr
SENEGAL	Ndèye Neguenare MBODJI DIA	Directora do Apoio à Investimento e aos Projectos Ministério dos Senegaleses do Exterior	nguenare@yahoo.fr www.senex.gouv.sn
SENEGAL	Samba Yomb THIAM	Conselheiro Técnico Ministério dos Senegaleses do Exterior	sambathiamjoe@yahoo.fr

SENEGAL	Thierno Souleymane DIACK	Assessor do Ministério dos Negócios Estrangeiros MAE	diackthierno@hotmail.fr
SENEGAL	Daouda MBAYE	Ministério dos Senegaleses do Exterior	daoudalilahi@yahoo.fr
SENEGAL	Aregal Batalibouya	Ministério do Trabalho	

EUROPA – FIIAPP-CeSPI-GIP-International			
ORGANIZAÇÃO	NOME E APELIDO	CARGO	E-MAIL
GIP INTERNATIONAL	Xavier Froment	Director adjunto	xavier.froment@gipinter.travail.gouv.fr <i>www.gip-international.fr</i>
CeSPI	Lorenzo Coslovi	Perito	Lorenzo.coslovi@cespi.it <i>www.cespi.it</i>
FIIAPP	MarziaCardinali	Responsável do projecto. Programa de Migração e Desenvolvimento	mcardinali@fiiapp.org / www.fiiapp.org
FIIAPP	Sara Bayés	Coordenadora Programa de Migração e Desenvolvimento	sbaves@fiiapp.org , www.fiiapp.org

Anexo II

SIGLAS E ABREVIACÕES

AECID : Agência Espanhola de Cooperação Internacional de Desenvolvimento
ADE PME : Agência de Desenvolvimento e de Enquadramento das pequenas e Médias Empresas
ANE : Actores Não Estatais
ANEJ : Agência Nacional para o Emprego dos Jovens
APIX : Agência encarregada da Promoção do Investimento et das Grandes Obras
BIT : Bureau Internacional do Trabalho
CBAO : Companhia Bancária da Africa do Oeste
CEDEAO : Comunidade Económica dos Estados da Africa do Oeste
CENTIF : Célula Nacional de Tratamento da Informação Financeira

CESPI : Centro Studi di politica internazionale (em italiano)
CNCAS : Caixa Nacional de Crédito Agrícola do Senegal
CNES : Confederação Nacional dos Empregadores do Senegal
CNP : Conselho Nacional do Patronato
CNTS : Confederação Nacional dos Trabalhadores do Senegal
DMP : Delegação da Gestão Pública
UE : União Europeia
FAISE : Fundo de Apoio ao Investimento dos Senegaleses do Exterior
FIAP : Fundação Internacional Ibero-Americana das Administrações públicas e políticas
FINCOM : Fórum Internacional das Competências Marroquinas
FESMAN : Festival Mundial das Artes Negras
FNPJ : Fundo Nacional para a Promoção da juventude
FONDEF : Fundo de Desenvolvimento do Ensino Técnico et da Formação
GIP INTERNACIONAL
IPM : Instituto de Previdência na Doença
MAE : Ministério dos Negócios Estrangeiros
MDES : Movimento das Empresas do Senegal
MECSF : Mutualidade de Poupança e de Crédito dos Senegaleses de França
OFI : Ofício Francês de Integração
OIM : Organização Internacional para as Migrações
ONG : Organização Não Governamental
PIB : Produto Interior Bruto
PLD : Plano Local de Desenvolvimento
PLAN REVA : Plano de Retorno à Agricultura
ROAME : Repertório Operacional Africano das Profissões e do Emprego
SGBS : Sociedade Geral de Bancos no Senegal
BMPS : Base Mínima de Protecção Social
VAE : Validação das Aquisições da Experiência

guros de saúde financiadas pelas remessas dos migrantes, os seguros, as mutualidades de saúde, as redes de associações religiosas etc.....

Com a contribuição financeira da União Europeia

Outrossim um sistema de protecção social adaptado aos migrantes deveria considerar a grande diversidade de situações existentes: migrantes nos países de destino ou de transito, famílias reagrupadas com o imigrante ou que ficaram no país, migrantes de retorno no país de origem de forma temporária ou definitivo, etc.

O desafio actual para a totalidade dos actores é criar os mecanismos de protecção social adaptados a realidade variável da migração internacional. Esses mecanismos permitirão de facto garantir os direitos sociais dos migrantes de forma transnacional, para eles e as suas famílias. A seguir a definição desses conceitos, os participantes deixaram os seus pontos de visto sobre o assunto.

Em Marrocos, o regime de protecção social beneficia todos os assalariados contra os riscos de doença, maternidade, invalidez e velhice. A legislação marroquina não faz nenhuma discriminação entre os nacionais e os estrangeiros no acesso a segurança social. Desde 2006, todos os cidadãos marroquinos devem obrigatoriamente inscrever-se a um sistema de saúde básica chamada de “AMO” através a caixa nacional de filiação. Os mais necessitados têm acesso ao Regime de Assistência Médica (RAME). O regime de protecção social é gerido pela Caixa Nacional de Previdência Social (CNPS) que cobre também os trabalhadores marroquinos em caso de retorno definitivo ou de permanência temporária ao abrigo de convenções internacionais assinadas com a França, a Bélgica, e a Espanha.etc..

Em 2007, **Marrocos** assinou um novo acordo com a França que prevê as transferências dos direitos dos reformados. Marrocos assinou também acordos bilaterais de segurança social e de acidentes de trabalho e doenças profissionais com vários países europeus (Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Itália etc.), o Canada e também com outros países do Magreb.

No Senegal, a protecção social é um direito garantido pela Constituição e aplica - se a todos os cidadãos sejam eles residentes no país ou no exterior. Contudo, existem problemas do acesso a protecção social para as famílias dos imigrantes que ficaram no país ou também para os migrantes de regresso ao país. Não obstante, a realização de um estudo sobre a protecção social dos trabalhadores migrantes senegaleses e das suas famílias, e da elaboração de um plano de acção para o período 2009-2012, a sua implementação enfrenta dificuldades por causa da falta de financiamento. Acordos bilaterais foram assinados com o Gabão, a Mauritânia, o Mali e a França, mas a sua aplicação defronta-se com problemas. Prevêm-se acordos bilaterais com a Itália e a Espanha.

A convenção CIPRES de 2007, é por enquanto o único instrumento multilateral capaz de garantir a protecção social dos trabalhadores migrantes no Senegal. Mas, dos cinco países que assinaram a convenção, somente, cinco a ratificaram. Os acordos com a França prevêem uma cobertura social para os migrantes no Senegal de apenas seis meses e contempla unicamente o beneficiário, quer dizer o migrante e não a sua família.

A convenção N°102 da OIT sobre a Segurança Social, ratificada pelo Senegal, define um nível mínimo de prestações de segurança social e as condições da sua atribuição, assim como as nove vertentes para as quais a protecção é garantida, a excepção das prestações de desemprego não suportadas pelo Senegal). A protecção social inclui unicamente os assalariados, o que representa apenas 20% da população. Ela engloba: 1) a Caixa de segurança Social que se ocupa das vertentes prestações familiares, acidentes de trabalho e doenças profissionais em benefício de todos os trabalhadores do sector privado e das suas famílias; 2) a Instituição de Previdência dos Reformados (IPRES) que se ocupa da vertente velhice beneficiando essa população, incluindo os agentes não funcionários do Estado. Foi anunciado que com o plano sesamo todas as pessoas de 60 anos de idade e mais, reformadas ou não, passam a beneficiar de cuidados médico gratuitos, 3) O Fundo Nacional de Reforma (FNR) que faz a gestão da parte velhice dos agentes funcionários do Estado; 4) O Fundo de Solidariedade, Emprego e Reforma (FSER) abrange o sector informal.

Com a contribuição financeira da União Europeia

A extensão da protecção social ao sector da economia informal representa actualmente o maior desafio do movimento sindical. Este sector abrange 70% dos trabalhadores; 5) a poupança Reforma (PR) pelos bancos e outras instituições financeiras; 6) as Instituições de Previdência na Doença (IPD) administram os ramos das doenças não profissionais em benefício dos trabalhadores privados e para -públicos e igualmente das suas famílias.

Os recursos são essencialmente provenientes das cotizações dos empregadores e dos membros. No entanto, no dizer dos participantes do Senegal, estas disposições estão bem longe de não satisfazerem, quando comparadas com o sistema francês que dá uma cobertura universal.

E por último, o Senegal implementou uma política voluntarista baseada na criação de mutualidades de saúde complementares. O Ministério da saúde tem uma divisão incumbida desta questão e cobre mais de 60% da população. O sistema de micro-finanças facilita essa gestão das mutualidades na medida em que este modelo de estrutura financeira está implicado na gestão dos fundos destinados à cobertura dos associados.

Em Cabo Verde, a Convenção n° 102 da OIT ainda não foi ratificada. No que se refere à protecção social dos migrantes, foram assinados acordos com os Países Baixos, a França, Portugal, o Senegal e o Brasil. Há esforços no sentido de se conseguir uma cobertura da protecção social para 40% da população. O mercado de trabalho informal é importante em Cabo Verde e há uma vontade de se contemplar esta franja da população com um sistema de segurança social. A universalização dos serviços da segurança social poderia ir no sentido de se utilizarem as transferências de fundos dos migrantes em investimentos em vez do consumo.

A Sra Bayes referiu-se à assinatura dos acordos. Disse que a Espanha assinou acordos com países da América Latina para facilitar o acesso e a transferência dos direitos sobre a protecção social. O migrante tem, por conseguinte a possibilidade de regressar ao seu país de origem com a totalidade do dinheiro que cotizou, resolvendo desta forma o problema da territorialidade.

O Ministério da Segurança Social, o Ministério da Família, o Ministério da Saúde, os organismos sindicais, as ONG, as colectividades locais, os INPS foram identificados pelos participantes com sendo os principais actores a considerar.

A seguir a essas trocas, a Sra. Bayes apresentou as seguintes acções prioritárias:

- 1) Definir estratégias de sensibilização sobre a importância da cotização: sector privado e diáspora;**
- 2) Criar mecanismos para facilitar uma cooperação permanente entre o Estado, as associações da diáspora e os sindicatos nacionais;**
- 3) Promover a igualdade de tratamento entre as famílias de migrantes e as dos não migrantes;**
- 4) Definir os instrumentos de modo a permitir às famílias dos migrantes que ficaram na África, beneficiar da segurança social.**

Os participantes indicaram mais uma acção: **incitar os países da União Europeia a assinar a convenção da ONU, de 18 de Dezembro de 1990, sobre a protecção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias.** Até à presente data nenhum país da UE ratificou esta Convenção.

A Senhora Cardinali, no início do segundo dia de trabalho, pediu aos três países que indicassem o tema que consideravam prioritário. Para cada um dos países, as prioridades são:

Com a Contribuição financeira da União Europeia

1) **A protecção social para o Senegal;**

2) **O reforço dos fundos dos Ministérios, para o co -desenvolvimento, para Marrocos. Este país gostaria também de desenvolver o trabalho sobre a estratégia de criação de empresas ao nível da diáspora.**

3) **A promoção das actividades económicas desenvolvidas pelos migrantes, para Cabo Verde.**

Sessão nº3 : o apoio aos mecanismos destinados a promover os efeitos económicos e sociais da migração sobre o desenvolvimento

O Sr. Coslovi do CESPI introduziu a sessão sublinhando as três funções das transferências de fundos.

- 1) **A função individual, quer dizer aquela destinada ao apoio da família e ao consumo**
- 2) **A função de negócios dirigida aos investimentos**
- 3) **A função colectiva indicando o bem - estar e a melhoria das condições de vida da comunidade de pertença e/ou o país de origem.**

As funções desempenham também um papel no volume das transferências. E possível ver transferências do tipo segurança social/ seguro, individual e altruísta. O Sr, Coslovi acrescentou que as administrações públicas dos países de origem devem desempenhar um papel importante nos quatros domínios prioritários:

- 1) **Facilitar as transferências de fundos pela via formal através de acordos entre os bancos e os outros serviços financeiros a fim de baixar os custos.**
- 2) **Apoiar a cooperação com o sector privado nomeadamente com os bancos, mas também com a sociedade civil no intuito de criar e de melhorar os mecanismos e as estruturas que favoreçam o investimento dos migrantes no país de origem (por exemplo os dispositivos de apoio à criação de empresa, apoio jurídico, seguros e garantias sobre os investimentos, registo e transferências);**
- 3) **Promover a alfabetização financeira dos migrantes e das suas famílias,**
- 4) **Reforçar a ligação com a diáspora em termos socioculturais. Quanto mas forte for essa ligação, maior é a tendência para o aumento do volume das transferências dos fundos e de investimentos.**

Os participantes de **Marrocos** referiram que se observa uma diminuição das transferências de fundos e do volume de investimentos desde 2007, tendência que se acentuou com a recente crise económica. Marrocos, com o seu próprio esforço vem tentado corrigir a inclinação e espera atingir um aumento da taxa de transferência de fundos este ano. Actualmente, o montante dessas transferências é de e 54 biliões de dirham para o sector formal.



Os participantes marroquinos acrescentaram que o principal objectivo dessas transferências é tornar duradoura a ligação entre os migrantes e o país de origem. As primeiras gerações de migrantes até pensam regressar, mas o mesmo não acontece com os jovens. Estes últimos não aspiram regressar nos seus países, e, é necessário adoptar uma política para restabelecer esta ligação cultural e afectiva.

Seguidamente, o **Senegal** avaliou o montante das transferências em 507 bilhões de FCFA aproximadamente por ano com um pic de 617 bilhões em 2008, o que representa 10,3% do PIB, ou seja o dobro da ajuda publica ao desenvolvimento, no sector formal, entre 2005 e 2009. Os dispositivos internos como a CENTIF inserem-se no dispositivo externo com a vigilância exercida na circulação dos fundos a fim de evitar o branqueamento e quaisquer outras formas ilícitas, o que permita igualmente seguir a pista do dinheiro. Para esse efeito, as operações superiores a 100.000 CFA devem ser feitas obrigatoriamente através de instrumentos de pagamento como o cheque. 80% dessas transferências vão para o consumo das famílias, 15% são investidos no imobiliário de rendimento ou na poupança e 5% vão para investimentos. O maior desafio é por conseguinte orientar essas transferências para os investimentos e os circuitos de desenvolvimento (poder de compra, criação de riqueza para a empresa, criação de valor acrescentado). Várias disposições foram tomadas neste sentido: 1) pôr em contacto os verdadeiros intermediários com a diáspora (bancos, seguro, instituto de micro-finanças) para um melhor desenvolvimento desses canais); 2) fazer com que essa intermediação proponha produtos e serviços específicos para os emigrantes para aumentar a confiança e segurança (fiabilidade).

Muitas medidas foram tomadas, como a implementação do Fundo de Apoio ao Investimento dos Senegaleses do Exterior (FAISE), a parceria do Senegal com a Italia que ajudem os senegaleses residentes na Itália, o apoio da AIPX e da ADEPME que desempenham um papel de enquadramento, a parceria SEM-France cujo orçamento eleva-se a 9 milhões de euros. A SEM-France, é um programa de desenvolvimento solidário que será em breve remodelado para projectos produtivos. Contudo, a prioridade é para canalizar as transferências e de inverter a tendência com vista a diminuir o consumo e as grandes despesas em proveito de investimentos produtivos

No **Senegal**, ao nível do apoio aos investimentos, l'APIX, é uma agência do Governo que conseguiu tornar mais atractivo o ambiente dos negócios com a possibilidade de criar uma empresa em 48 h. Um escritório para os senegaleses do exterior foi igualmente instalado. Existe um serviço destinado a todos os investimentos e um gabinete específico para os senegaleses do exterior. É igualmente possível beneficiar da suspensão da TVA durante 3 anos, estabelecer contratos a prazo durante um período de 5 anos (contrariando o código laboral) e beneficiar de isenção.

Em Cabo Verde, é o Ministério do plano e das finanças que faz os investimentos dos migrantes. Com a ajuda da agência ao desenvolvimento, um fundo foi criado com vista



a facilitar a implementação de projectos realizados pelos migrantes. Cabo Verde tenciona continuar nesta via. A importância das transferências de fundos dos migrantes como fonte de financiamento para o país é bastante reconhecida (9,1% do PIB em 2009). As transferências dos fundos dos migrantes constituem uma importante fonte financeira em divisas para a economia de Cabo Verde e desde o início dos anos 90, esses recursos desempenham um papel fundamental como fonte externo fiável de financiamento e são um segmento importante da base de financiamento do sistema bancário. Por isso, o Governo de Cabo Verde comprometeu-se a criar um ambiente mais favorável à transferências e à promoção dos investimentos. Tanto o sector público como o privado estão abrangidos, (nomeadamente o sector financeiro), tendo participado em iniciativas visando a criação de laços mais fortes com a diáspora e nas oportunidades para dirigir uma parte dos fundos provenientes do exterior para investimentos produtivos. Por isso, em Cabo Verde, uma empresa pode ser criada em 48 horas. Para facilitar os procedimentos para os migrantes, foram abertas escritórios em Dakar, Abidjan, Bruxelas, Lisboa, Washington. etc

O Sr. Coslovi fez notar que a educação dos migrantes é um elemento importante para uma boa destreza na utilização dos instrumentos de transferência. Um programa de alfabetização financeira deveria igualmente permitir um maior engajamento das famílias.

O Senegal, começou a trabalhar com o BIT, a partir de uma abordagem global incluindo tanto o migrante como a sua família, para o emigrado, é o ambiente europeu que o influencia a dar prioridade as despesas mesmo sabendo que são os actores do país de origem que executem as despesas. O objectivo consiste, então em concentrar os esforços ao nível local na educação financeira dos actores locais e permitir ao migrante pilotar o processo. O Ministério dos Senegaleses do Exterior tem uma política de enquadramento das transferências, daí o Fundo de Apoio ao Investimento dos Senegaleses do Exterior (FAISE). A recepção, o estudo e a selecção de projectos é feito por um comité de selecção, composto por personalidades, como os representantes da Presidência da República, do Senado, da Assembleia Nacional, do Conselho Económico e Social, Chefia do Governo, de alguns Ministérios sectoriais implicados na gestão da migração, do Apix, do Patronato, da Sociedade Civil, dos emigrantes, da sociedade civil e do banco parceiro. A seguir, os projectos seleccionados são transmitidos ao CNCAS, que é o Banco parceiro, para efeito de financiamento. Um seguimento regular é realizado a traves de visitas de terreno e no fim do projecto é feita uma avaliação. Para reforçar esses mecanismos, a incitação é a primeira estratégia e foi bem sucedida. Em dois anos, o Ministério financiou 65 projectos dos 200 recebidos. As missões diplomáticas e consulares, e as associações dos emigrantes são implicados, muito acções são realizadas por esses actores, nomeadamente a criação de sites Web que permitem baixar os formulários. O Ministério dos Senegaleses do Exterior trabalha também com as colectividades descentralizadas, pois os programas inserem-se nos programas locais de Desenvolvimento.

A fim de encorajar os migrantes portadores de projectos e desejosos de investir em **Marrocos**, o Governo implementou um fundo para a promoção dos Investimentos dos Marroquinos do Mundo, “MDM Invest”. A gestão desse fundo foi confiada à Caixa Central de Garantia (CCG). Este mecanismo permite aos Marroquinos residentes no estrangeiro que queriam criar um projecto de investimento ou alargar um projecto já existente, beneficiar de um subsídio de 10% do custo do projecto, desde que: 1) o custo total do projecto seja superior á 1 milhão de MDH e não ultrapasse os 5 Milhões de MDH; 2) a participação pessoal em divisas seja de 25% , além do custo do projecto; 3) o financiamento bancário não ultrapassa os 65% do mencionado custo.

É de salientar que outras medidas foram tomadas em beneficio da disporá, nomeadamente a extensão da garantia do fundo “Damane Assakane” para os migrantes que beneficiem das mesmas condições que os residentes, a saber a redução do custo das transferências e as medidas de acompanhamento social em beneficio dos MRE nos país de acolhimento.

Em Cabo Verde, 66% das transferências de fundos destinam-se à construção civil, 9% vão para compra de terrenos e 35% para os investimentos graças as taxas atractivas dos bancos que tem o monopólio das transferências. Cabo Verde tem igualmente um acordo desde 2006 com um banco americano, para enquadrar as transferências e oferecer uma taxa de juro vantajosa. Em Cabo verde, os bancos, os correios, e as agências de transferências são incontornáveis, pois o emigrante investe com a condição de a segurança do seu dinheiro seja garantida. Os estrangeiros e os cabo-verdianos do exterior beneficiem de ajudas nos investimentos. O projecto CAMPO está neste momento a preparar um fundo de 10 000 Euros que deveria ajudar até 10 migrantes. Um fórum para a promoção das empresas dos migrantes foi igualmente lançado em 2010. Existe igualmente uma instituição vocacionada para a empresa o empreendedorismo e à inovação, para os jovens. O emigrante que deseja investir pode entrar em contacto com esta instituição.

Um dos participantes realçou a importância de se implicar as colectividades locais no processo de investimento e de acesso ao crédito. É neste contexto que o **Senegal** inspirou-se da experiência da América Latina, que integra as associações de Presidentes Câmaras Municipais e de comunidades rurais na selecção dos projectos para a concessão de credito. Uma tal estratégia pode ter um impacto na medida em que a criação de empregos ao nível das colectividades locais tem como efeito dar a possibilidade aos jovens de permanecerem na suas regiões de origem, e, deste modo, reduzir o fluxo migratório. Diversos mecanismos foram então implementados pelo Senegal: o FNPJ, o Fundo de Promoção Económico (FPE) que se transformou em um banco, o Plano Retorno para a Agricultura (REVA), inicialmente concebido para os migrantes mas que foi alargado á todos os senegaleses. A criação de PME - PMI permita ao artesanato beneficiar de um acompanhamento de formação para a gestão total das suas empresas.

O REVA permitiu a realização de uma dezena de pólos de emergência agrícolas constituídos por quintas de excelência cujos ordenamentos hidroagrícolas modernos



podem beneficiar os senegaleses do exterior sob a forma de parcelas de 5 hectares. No plano comercial, foi instalado, por enquanto, um mercado provisório. A agência REVA apoia-se nas colectividades locais para poder dispor de terras cultiváveis. O sector da agricultura ocupa um lugar importante, visto que representa 80% dos pedidos de financiamento (agricultura, pesca, piscicultura etc). O desenvolvimento destas agências que trabalham com as colectividades locais teve como impacto maior, o influxo de investidores apoiados pelo Ministério. Este último, consegue deste modo canalizar os investimentos directos dos Senegaleses do exterior. Contudo, os maiores investimentos não passam pelo Ministério e são directamente geridos pelo APIX.

O Sr, Froment levantou a questão do papel dos bancos na realização dos projectos apresentados pelos participantes senegaleses.

Para esses participantes, a micro-finanças é bem desenvolvida no Senegal, o que explica que as estruturas deste sector estejam sempre implicadas. Elas interessam-se especialmente pela questão da educação financeira dos migrantes e das suas famílias. Contudo, na realidade, todas essas práticas ainda não atingiram os resultados esperados. Para encorajar os investimentos, a ênfase é colocada no acolhimento, na diminuição da taxa de transferência, e na redução das tarifas aduaneiras.

A conclusão sobre este capítulo, mostrou que a finalidade das transferências, as motivações, a formação financeira para as famílias e os migrantes são factores de encorajamento das parcerias público privado.

Sessão nº4 : a promoção dos laços entre as diásporas e os seus países de origem.

A Sra Cardinali introduziu o capítulo relativo à ligação entre a diáspora e o país de origem. O principal desafio na análise dessa ligação é o quadro metodológico a ter em conta para se ter a noção da sua complexidade. Reforçar os laços assenta sobre intercâmbios a partir de três esferas de intervenção: a esfera sócio -económica, a politica e a cultural.

Um modelo elaborado durante o seminário sobre a diáspora em Bamako, em 2010, foi proposto pelo Sr, Coslovi para permitir aos participantes manifestar os seus pontos de vista sobre a questão do reforço dos laços com a diáspora. De acordo com este modelo, é necessário: a) Conhecer a diáspora, b) aproximar-se da diáspora; c) Dialogar com a diáspora, valorizá-la como parte da identidade nacional.

Em Marrocos, o restabelecimento desse laço é um desafio permanente. O Governo e outras instituições trabalham na vertente cultural, através de intercâmbios e da criação ou do reforço dos centros culturais nos países de acolhimento. A quarta geração é o principal alvo deste programa. Uma das princípios - chave é o ensino da língua árabe, para permitir aos jovens salvaguardar a sua origem. Existe também uma vertente social, com objectivo de ajudar a população em situação precária (mulheres, reclusos, estudantes etc), de a acompanhar e de a encaminhar para as instituições jurídicas e



sociais apropriadas para o seu patrocínio. Nos países de acolhimento, nas Embaixadas, os serviços sociais em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros facilitam a abertura de concurso para financiamento de projectos. Um programa de sensibilização sobre os direitos e a cidadania é igualmente implementado para as mulheres marroquinas da diáspora.

No Senegal, uma das visibilidades desta ligação com a diáspora é o FESMAN, que permitiu a promoção da diáspora do mundo inteiro. No plano institucional, além do Ministério que lhe foi dedicado, um senador dos Senegaleses do exterior, um deputado e um embaixador itinerante foram nomeados a fim de se ocuparem das suas preocupações. Contudo, os representantes do Ministério dos Senegaleses do Exterior sublinham que o alvo é difícil de definir, daí o projecto de recenseamento que elaboraram mas que enfrenta problemas de meios.

Para estes representantes dos Senegaleses do exterior, a segunda dificuldade provém da existência de duplicações ao nível das suas tarefas. Daí a necessidade de uma sinergia entre os diferentes Ministérios. No imediato, e com vista a uma melhor distribuição das tarefas, é necessário dar um conteúdo ao Ministério dos Senegaleses do Exterior. Esse processo iniciou-se com o recrutamento de jovens quadros e um projecto de decreto encontra-se na forja para reorganizar o Ministério.

No Senegal, o aspecto político está muito presente no processo de reforço dos laços com os senegaleses do exterior. As associações desempenham um papel de transferência e de interface através do Conselho superior dos Senegaleses do exterior. As associações religiosas são também muito influentes e eficazes neste domínio. Para concretizar o reforço dos laços com o país de origem, o Senegal fez a experiência da prática das colónias de férias a fim de revalorizar o sentimento de pátria nas crianças oriundas da emigração e permitir-lhes impregnar-se das realidades socioculturais com vista a um provável retorno. Como ponto focal para a gestão da migração, o Ministério dos Negócios Estrangeiros faz também a gestão do voto dos Senegaleses do exterior, os actos do registo civil, a legalização de certos documentos para facilitar os vistos, etc.

Em **Cabo Verde**, o Governo é muito activo na procura de sinergias e de aproximação com os cabo-verdianos residentes no estrangeiro, nomeadamente desde a criação em 2001, do Instituto das Comunidades (IC), a agência que se dedica à diáspora, e do Ministério das Comunidades em 2010. O IC está também autorizado a estabelecer parcerias com entidades, institutos e organizações do Estado ou do sector privado que em função da sua natureza podem ajudar o Instituto a materializar as acções que entender realizar a favor das comunidades. O Instituto criou também um Fundo de Solidariedade das Comunidades (FSC) a fim de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades Cabo-Verdianas mais vulneráveis. Para facilitar os laços com a diáspora, existe também um projecto que se destina aos jovens da segunda geração para lhes fazer conhecer as ilhas e a história de Cabo



Verde. De uma maneira geral, um lugar de destaque e atribuído a causa dos migrantes, havendo seis Deputados na Assembleia Nacional em representação da diáspora (dois para a África, dois para os Estados Unidos e dois para a Europa).

Os laços da diáspora com o **Senegal** são fortes, com a quase totalidade dos canais da televisão senegalesa difundidos nos países de acolhimento e as autoridades senegalesas contactam cada vez mais os migrantes. Apesar da dispersão institucional, na gestão do dia-a-dia, faz-se de tudo para que o migrante esteja em contacto com o país de origem.

Assim como o Senegal, **Marrocos** não poupa esforços para reforçar esta ligação, com mecanismos como o portal Web, as deslocações de autoridades marroquinas nos países de acolhimento e as universidades de Verão organizadas com os estudantes da diáspora.

8) Conclusão

No fim dos trabalhos, a Sra Cardinali agradeceu os participantes pela sua contribuição activa ao longo do encontro, e os organizadores por terem organizado e gerido a discussão sobre as diferentes temáticas abordadas. As informações partilhadas durante os dois dias de reunião permitiram atingir os objectivos, a saber: a) a recolha das primeiras informações sobre as capacidades e as necessidades de cada país sobre os quatro temas objecto de estudo; b) a partilha das informações colhidas com os outros países -alvo do projecto e com os peritos encarregados de realizar o estudo; c) o início da identificação dos TDR prováveis do estudo. As informações recolhidas durante a reunião e que serão anexas ao questionário (que devera ficar concluído no início do mes de Setembro) são essenciais na identificação definitiva dos TDR do estudo. A Sra. Cardinali fez notar que o questionário tem como objectivo orientar as fases da formação e identificar os planos de trabalho sectoriais para a sua implementação.

Anexo 1:

LISTA DOS PARTICIPANTES

ÀFRICA			
PAÍS	NOME E APELIDO	CARGO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL
CABO VERDE		Direcção Geral do Trabalho	anilta.silva@ic.gov.cv
CABO VERDE	Anita Mendes da Silva	<i>InstitutodasComunidades</i>	Monica.Ramos@mjedrh.gov.cv
MAROCCOS	Hassan Etourabi	Chefe de Serviço dos programas Especiais de Emprego	etourabi05@yahoo.fr
MAROCCOS	Fatiha ASSILA	Ministério responsável da Comunidade Marroquina Residente no Estrangeiro	assila121@yahoo.fr
SENEGAL	Ndèye Neguenare MBODJI DIA	Directora do Apoio à Investimento e aos Projectos Ministério dos Senegaleses do Exterior	nguenare@yahoo.fr www.senex.gouv.sn
SENEGAL	Samba Yomb THIAM	Conselheiro Técnico Ministério dos Senegaleses do Exterior	sambathiamjoe@yahoo.fr



SENEGAL	Thierno Souleymane DIACK	Assessor do Ministério dos Negócios Estrangeiros MAE	diackthierno@hotmail.fr
SENEGAL	Daouda MBAYE	Ministério dos Senegalenses do Exterior	daoudalilahi@yahoo.fr
SENEGAL	Aregal Batalibouya	Ministério do Trabalho	

EUROPA – FIIAPP-CeSPI-GIP-International			
ORGANIZAÇÃO	NOME E APELIDO	CARGO	E-MAIL
GIP INTERNATIONAL	Xavier Froment	Director adjunto	xavier.froment@gipinter.travail.gov.fr <i>www.gip-international.fr</i>
CeSPI	Lorenzo Coslovi	Perito	Lorenzo.coslovi@cespi.it <i>www.cespi.it</i>
FIIAPP	Marzia Cardinali	Responsável do projecto. Programa de Migração e Desenvolvimento	mcardinali@fiiapp.org / www.fiiapp.org
FIIAPP	Sara Bayés	Coordenadora Programa de Migração e Desenvolvimento	sbayes@fiiapp.org , www.fiiapp.org



Anexo II

SIGLAS E ABREVIACÕES

AECID : Agência Espanhola de Cooperação Internacional de Desenvolvimento
ADE PME : Agência de Desenvolvimento e de Enquadramento das pequenas e Médias Empresas
ANE : Actores Não Estatais
ANEJ : Agência Nacional para o Emprego dos Jovens
APIX : Agência encarregada da Promoção do Investimento et das Grandes Obras
BIT : Bureau Internacional do Trabalho
CBAO : Companhia Bancária da Africa do Oeste
CEDEAO : Comunidade Económica dos Estados da Africa do Oeste
CENTIF : Célula Nacional de Tratamento da Informação Financeira
CESPI : Centro Studi di politica internazionale (em italiano)
CNCAS : Caixa Nacional de Crédito Agrícola do Senegal
CNES : Confederação Nacional dos Empregadores do Senegal
CNP : Conselho Nacional do Patronato
CNTS : Confederação Nacional dos Trabalhadores do Senegal
DMP : Delegação da Gestão Publica
UE : União Europeia
FAISE : Fundo de Apoio ao Investimento dos Senegaleses do Exterior
FIIAP : Fundação Internacional Ibero-Americana das Administrações públicas e politicas
FINCOM : Fórum Internacional das Competências Marroquinas
FESMAN : Festival Mundial das Artes Negras
FNPJ : Fundo Nacional para a Promoção da juventude
FONDEF : Fundo de Desenvolvimento do Ensino Técnico et da Formação
GIP INTERNACIONAL
IPM : Instituto de Previdência na Doença
MAE : Ministério dos Negócios Estrangeiros
MDES : Movimento das Empresas do Senegal
MECSF : Mutualidade de Poupança e de Crédito dos Senegaleses de França
OFI : Oficio Francês de Integração
OIM : Organização Internacional para as Migrações
ONG : Organização Não Governamental
PIB : Produto Interior Bruto
PLD : Plano Local de Desenvolvimento
PLAN REVA : Plano de Retorno à Agricultura
ROAME : Repertório Operacional Africano das Profissões e do Emprego
SGBS : Sociedade Geral de Bancos no Senegal
BMPS : Base Mínima de Protecção Social
VAE : Validação das Aquisições da Experiência



